

6

ANAIS LEIRIENSES

estudos & documentos

DOSSIER ESPECIAL
**Assistência e pobreza
na região de Leiria
(séculos XV-XX)**





Título: ANAIS LEIRIENSES - estudos & documentos - 6

Editor: Carlos Fernandes

Coordenador Científico: Saul António Gomes

(Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Conselho Consultivo: Cristina Nobre, Isabel Xavier, J. Pedro Tavares, João Bonifácio Serra, João Pedro Bernardes, Luciano Coelho Cristino, Mário Rui Simões Rodrigues, Miguel Portela, Pedro Redol e Ricardo Charters d'Azevedo

Concepção e arranjo da capa: Gonçalo Fernandes

Colecção: ANAIS LEIRIENSES - 6

 Hora de ler

© Hora de Ler, Unipessoal Lda.

Urbanização Vale da Cabrita
Rua Dr. Arnaldo Cardoso e Cunha, 37 - r/c Esq.
2410-270 LEIRIA - PORTUGAL
e-mail: horadelercf@gmail.com
Telef.: 244212003 - Tlm: 966739440

Facebook: https://www.facebook.com/Hora-de-Ler-2263586547021316/?modal=admin_todo_tour

Revisão e coordenação editorial: Hora de ler

Montagem e concepção gráfica: Hora de ler

Impressão: Artipol - www.artipol.net

1.ª edição: Setembro 2020

Edição 1033/20

Depósito Legal: 454238/19

ISSN: 2184-4135

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

ANAIS LEIRIENSES

estudos & documentos

6

SETEMBRO DE 2020

 Hora de ler

Índice

– Apresentação	7
<i>Saul António Gomes</i>	
Dossier especial: Assistência e pobreza na região de Leiria (séculos XV-XX)	
– Introdução.....	11
<i>Ricardo Pessa de Oliveira</i>	
– O patrocínio régio ao hospital de Nossa Senhora do Pópulo, 1485-1512	19
<i>Lisbeth Rodrigues</i>	
– A administração do Hospital das Caldas da Rainha nos reinados de D. João V e D. José (1706-1777)	43
<i>Isabel Rodrigues</i>	
– O Secretário da Mesa da Consciência e Ordens Manuel Teixeira de Carvalho: Benfeitor da Misericórdia de Pombal (1731)	55
<i>Ricardo Pessa de Oliveira</i>	
– Vestir os nus: a Misericórdia de Óbidos e a proteção aos pobres no reinado de D. João V	79
<i>Isabel Drumond Braga</i>	
– A assistência hospitalar a doentes, acidentados e pobres no concelho de Porto de Mós (1922-1945)	91
<i>Kevin Carreira Soares e Mónica Rodrigues dos Santos</i>	
– A assistência à infância em Leiria: o Asilo de Infância Desvalida de Álvaro Possolo e o Asilo Distrital de Leiria	109
<i>Alexandra Esteves</i>	
– A Sopa dos Pobres da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova (1940-1945) ...	125
<i>Tiago André Simões Ferreira</i>	
Outros temas de âmbito regional	
– A Misericórdia de Leiria e os seus benfeitores: séculos XVI a XVIII	143
<i>Saul António Gomes</i>	
– A Pederneira, uma vila do mosteiro de Alcobaça	199
<i>Pedro Gomes Barbosa</i>	
– Estaleiros e portos: Ensaio curto em tempo longo	215
<i>Rui Rasquilho</i>	
– Saúde e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha), sécs. XV-XVIII	231
<i>João Luís Vieira Leitão</i>	
– Bruxos e Bruxas do Bispado de Leiria. IV: João Luís, o benzedor da Ortigosa	239
<i>José Vieira Leitão</i>	
– As invasões francesas na Marinha Grande: Da razia à reconstrução	263
<i>Luís de Oliveira Neto.</i>	
– Manuel Vaz Eugénio Gomes: Desembargador da Relação da Patriarcal.	

Alguns apontamentos biográficos	289
<i>Miguel Portela</i>	
– Famílias de Barreira: 1825-1906	313
<i>Vasco Jorge Rosa da Silva</i>	
– Falando de ausência: como desapareceram dois claustros do Mosteiro da Batalha, no século XIX, e se transformaram noutras coisas	321
<i>Pedro Redol</i>	
– Os portões de ferro forjado do Parque Florestal do Engenho da Madeira e da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande	349
<i>Gabriel Roldão</i>	
– História do Cemitério de Santo António do Carrascal, em Leiria: II – A escolha do local ..	387
<i>Francisco Queiroz</i>	
– (3) As associações culturais e recreativas de Alcobça e Nazaré: as sociedades filarmónicas de Pataias (1877), Maiorga (1890)	401
<i>António Valério Maduro</i>	
– O Jardim Escola João de Deus, em Alcobça: já lá vão mais de 100 anos a ensinar ..	407
<i>Fleming de Oliveira</i>	
– Correspondência de Afonso Lopes Vieira com algumas intelectuais 'Mulheres de Letras'	425
<i>Cristina Nobre</i>	
– Oposição ao Estado Novo no concelho de Ansião (parte I)	439
<i>Manuel Augusto Dias</i>	
– O Senhor que Tudo Sabe e em Todos Manda, no 4.º Comboio-Automóvel do RCP com donativos para os rebeldes nacionalistas espanhóis	459
<i>Aires Barata Henriques</i>	
– A propósito de as sete saias das mulheres da Nazaré: moda, evolução, já tradição ou degradação?	471
<i>Alda Sales Machado Gonçalves</i>	
– O Padre Franclim Henriques da Cunha: da história à memória	487
<i>Tiago Inácio</i>	
– Contributos para a criação do Centro Interpretativo dos Brinquedos e Artefactos em Plástico de Leiria – CIBAP	503
<i>Carlos Aníbal Marques de Magalhães</i>	
Nótulas	
– A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino há 200 anos: do Porto para Lisboa, com estadias em Leiria e Alcobça	517
<i>Carlos Fernandes</i>	
– A lápide sepulcral de Manuel Coutinho Rodolfo no Museu da Comunidade Concelhia da Batalha	534
<i>Miguel Portela</i>	
A imagem	
– A Escola de Resinagem no Pinhal de Leiria (anos 40)	538
Notícias: O ambiente cultural da região	539

A assistência à infância em Leiria: o Asilo de Infância Desvalida de Álvaro Possolo e o Asilo Distrital de Leiria

*Alexandra Esteves**

Com a chegada da contemporaneidade, a criança torna-se alvo de mais atenção e de mais cuidados, sendo reconhecida a sua vulnerabilidade e a exposição a um conjunto variado de perigos (LOPES, 2002). A sua proteção, educação e higiene passam a ser objeto de intervenção dos estados, ainda que em tempos distintos, e os seus problemas a merecerem um olhar mais providente. Do rol de preocupações, constavam a elevada mortalidade infantil e a crescente associação da infância à delinquência juvenil, riscos que urgia acautelar e resolver o mais cedo possível. Para combater a mortalidade infantil, recomenda-se, entre outras medidas, a alimentação das crianças com o leite materno; a criação de creches, asilos e hospitais próprios; a promoção dos cuidados de higiene (GONÇALVES, 1906). No que respeita à criminalidade precoce, considerava-se que na sua génese havia fatores de natureza física, antropológica e social, sendo atribuído especial relevância a este último, por as crianças serem mais permeáveis aos efeitos das circunstâncias em que nasciam e cresciam (SANTOS, 1911). Assim, a par do discurso da criança inocente que importava proteger, concomitantemente afirmava-se outro, o do selvagem, que, desamparado e exposto a comportamentos amorais, corria sério risco de resvalar para o universo da marginalidade e de acabar mesmo por singrar na carreira do crime. Em alguns estados europeus, reformadores começam a questionar a moralidade do trabalho infantil. Na Inglaterra vitoriana, o trabalho realizado pelas crianças era considerado necessário para o equilíbrio da economia doméstica (SACKS, 2010). Em Portugal, o ingresso das

* Universidade Católica Portuguesa

Lab2PT, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

crianças de tenra idade no mundo laboral era encarado com naturalidade e vai-se manter muito para além de oitocentos, tanto no campo como na cidade (ESTEVES, 2017).

O século XIX é marcado por continuidades e mutações em matéria assistencial, ditadas por correntes e movimentos que revelam a fragilidade de grupos sociais e tornam mais visível a condição de outros, designadamente das crianças. A preocupação com as crianças e com os adolescentes adensa-se nesta centúria, em particular com aqueles que, apesar de terem família, não estavam social e economicamente protegidos, encontrando-se, por conseguinte, mais suscetíveis de adotarem comportamentos promíscuos e marginais, numa época em que o êxodo rural e o aumento do número de jovens mendigos e vagabundos também inquietavam as autoridades. Assim, a par das rodas de expostos, cada vez mais criticadas, e de hospícios, entre outras respostas assistenciais erigidas na Idade Moderna e destinadas à infância, são criados dispensários, creches, hospitais para crianças e asilos de infância desvalida, com intuito de amparar as crianças abandonadas e defender a sociedade de potenciais delinquentes. Por conseguinte, era necessário não apenas enclausurar e resguardar, mas também disciplinar, educar e instruir, através do ensino e, sobretudo, do trabalho, que deveria ser individualizado consoante o sexo (ROGÉRIO, 2000). Pretendia-se, afinal, livrar as crianças das garras da miséria e das consequências dela advenientes.

É neste contexto que em Portugal se assiste ao movimento promotor da criação de casas de asilo: a Sociedade da Beneficência para as Casas de Asilo da Infância Desvalida. Tratava-se de uma iniciativa de cariz filantrópico e de inspiração francófona, vocacionada para a educação e a proteção das crianças, proporcionando-lhes alojamento, alimentação e vestuário. A primeira experiência teve lugar em Lisboa, em 1834. Outras cidades do país, incluindo Leiria, seguem-lhe o exemplo na primeira metade de oitocentos.

A estrutura asilar então em voga seguia um padrão de reclusão dos indivíduos que pudessem exercer uma influência perniciosa sobre a sociedade. O lema era encerrar para proteger. Não foram só os mais jovens a serem fechados. O mesmo sucedeu com os mendigos, em asilos de mendicidade; com os doentes mentais, em hospitais para alienados; e com os deficientes físicos, que também terão lugares específicos, os asilos para cegos e surdos-mudos.

Para garantir a defesa da sociedade, apartavam-se os indesejáveis e, assim, ficava mais facilmente controlável (SILVA, 2018). No caso particular dos asilos de infância desvalida procurava-se agir de forma preventiva, pre-

tendendo-se, através da instrução oficial, fornecer aos jovens instrumentos que os capacitasse para exercerem uma profissão e construírem o seu futuro, longe da marginalidade e do crime (ESTEVES, 2015).

Tratava-se de estabelecimentos erigidos por iniciativa do poder público, para os quais se convocava a sociedade, na expectativa de que os valores filantrópicos, tão caros na época, se traduzissem em apoios concretos. Correspondendo ao apelo que lhes era lançado, elites locais e representantes políticos acabarão por se envolver na preparação, gestão e financiamento destas instituições, que também constituíam importantes palcos de projeção social.

Em 1836, D. Maria II reconhece o Asilo de Infância Desvalida de Leiria, solicitando ao governador civil os seus estatutos para aprovação¹. Tratava-se de uma obra característica do liberalismo oitocentista. De acordo com o Código Administrativo de 1878, cabia às juntas gerais de distrito criar estabelecimentos distritais de beneficência, instrução e educação e subsidiar instituições congêneres que não fossem administradas por este órgão. Tinham também a incumbência de regular e dirigir a administração dos expostos e das crianças abandonadas e desvalidas (CÓDIGO ADMINISTRATIVO, 1878, p. 13). O Código Administrativo de 1886 reforçava esta obrigação, competindo às juntas a «administração dos expostos e menores desvalidos ou abandonados desde sete até dezoito anos de idade, e sobre fundação ou subsídios para fundação de asylos ou escholas distritais de artes e officios, onde se lhes ministre a conveniente educação» (CÓDIGO ADMINISTRATIVO DE 1886, p. 32).

Data de 1888 o Regulamento para o serviço dos expostos, menores desvalidos ou abandonados. Nele se estabelecia que as crianças *expostas*, *abandonadas* ou *desvalidas*, até aos sete anos de idade, ficavam sob a alçada das câmaras municipais². Desde essa idade até aos 18 anos, ficavam a cargo das juntas gerais de distrito. De acordo com o artigo 43.º, a intervenção deste órgão seria concretizada através do internamento num «asylo-escola de artes e officios» ou pela sua colocação, como pensionistas, em estabelecimentos de beneficência ou de ensino existentes no distrito, em casas de mestres de officios, estabelecimentos comerciais, fabris ou agrícolas e ainda como serviçais em casas particulares (REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DOS EXPOSTOS, MENORES DESVALIDOS OU ABANDONADOS, 1888, P. 15).

¹ *Legislação régia*, 13 de setembro de 1836.

² Sobre as diferenças entre estes três conceitos leia-se Lopes (LOPES, 2016).

Os asilos criados pelas juntas deviam estar dotados de oficinas preparadas para ser dada formação específica a cada um dos sexos. Também o ensino seria ministrado separadamente, tendo como finalidade a preparação profissional. No caso das raparigas, isso significava orientá-las para o trabalho como criadas de servir, caixeiras e modistas. Competia à Junta Geral a elaboração de regulamentos para a normalização do quotidiano dos estabelecimentos e ao presidente da Comissão Distrital a sua fiscalização (REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DOS EXPOSTOS, MENORES DESVALIDOS OU ABANDONADOS, 1888, p. 16). Estas instituições deveriam ter ao serviço funcionários em número suficiente para assegurar o seu bom funcionamento, nomeadamente professores e mestres de ofícios, cuja nomeação caberia à Junta Geral (REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DOS EXPOSTOS, MENORES DESVALIDOS OU ABANDONADOS, 1888, p. 19). Com a extinção das juntas gerais de distrito, as suas funções passaram para as comissões distritais. Pelo decreto promulgado em 24 de agosto de 1892, determinava-se que as crianças expostas, desvalidas ou abandonadas, maiores de sete anos de idade, que estavam a cargo das extintas juntas gerais ou tinham sido colocadas por este organismo em instituições, passariam a ser responsabilidade das câmaras municipais (FONTE, 2004).

No início do século XX, mais precisamente em 1909, o médico Artur Ferreira César Dória, na sua tese sobre a assistência infantil, apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, retratava da seguinte forma o quadro assistencial português nesta área: «Em Portugal há muitos asylos de Infância Desvalida, para ambos os sexos e algumas casas pias» (DÓRIA, 1909, p. 60). Segundo Ernesto Candeia Martins, em 1928, havia em Portugal Continental e nas ilhas 105 instituições vocacionadas para a infância desvalida, sendo que no distrito de Leiria havia duas (MARTINS, 1998). Entretanto, com o advento da República, é consagrado o direito à assistência pública, muito embora os resultados não tivessem sido animadores, dadas as circunstâncias económicas adversas e o quadro financeiro do país. Em 1933, Portugal tem uma nova Constituição, que atribuía ao Estado um papel supletivo no domínio assistencial.

A Sociedade do Asilo de Infância Desvalida Álvaro Possolo, com sede em Alcobaça, mas com filiais nas sedes dos concelhos e nas freguesias do concelho de Leiria, foi constituída em 29 de novembro de 1876, sendo denominada, até 1927, de Asilo de Infância Desvalida do Distrito de Leiria. Destinava-se a acolher, educar e proteger crianças desvalidas, abandonadas ou

provenientes de famílias pobres, com idades compreendidas entre os seis e os dez anos. Segundo o artigo 2.º do já referido Regulamento de 1888, as crianças abandonadas eram filhas de pais conhecidos, e não tinham qualquer familiar que cuidasse delas; eram crianças desvalidas aquelas cujos pais não podiam garantir o seu sustento, por morte, prisão, degredo, idade avançada ou doença grave. Tratava-se, por conseguinte, de situações diferenciadas, que o século XIX vai procurar reconhecer, sendo dada especial atenção à infância desvalida.

Para cumprir a sua missão, o Asilo contava com as verbas resultantes do pagamento de cotas pelos elementos associados, do recebimento de esmolas e do apoio da Junta Geral de Distrito de Leiria, bem como da décima parte das receitas das irmandades e confrarias do distrito. Em 1898, o governador civil denunciava o facto de apenas as confrarias de Alcobaça e Porto de Mós estarem a contribuir com a cota devida. Contava ainda com os subsídios que o orçamento do Estado destinava às instituições asilares, com as esmolas recolhidas nas caixas colocadas nas igrejas das paróquias e outros donativos.

Os estatutos da instituição previam a sua instalação na sala da livraria do Mosteiro da Ordem de São Bernardo, em Alcobaça, ou noutra edificação cedida pelo governo. O dia 1 de dezembro seria uma data a celebrar todos os anos, com a abertura da instituição à sociedade civil, cujo programa incluiria a celebração de missa e a entrega de prémios aos asilados. Cabia à Comissão das Senhoras Protetoras a organização deste dia festivo³.

O governo do Asilo ficava a cargo da Assembleia Geral, sob a superintendência do Governo Civil do distrito. Este órgão devia reunir duas vezes no ano: no primeiro domingo de junho e no último domingo de agosto. Podia, no entanto, reunir noutras datas, desde que a Comissão Administrativa considerasse necessário⁴. A Mesa seria composta por um presidente, um secretário e o vice-secretário da Comissão Administrativa. Competia-lhe escolher a Comissão Administrativa e a Comissão Fiscal; tomar conhecimento e deliberar sobre a avaliação, feita pela Comissão Fiscal, das contas apresentadas pela Comissão Administrativa, bem como propor as medidas necessárias para melhorar as condições de funcionamento do Asilo.

A direção e a fiscalização da atividade da instituição eram exercidas por uma Comissão Administrativa, constituída por sete membros, saídos da

³ Asilo de Infância Desvalida. Alcobaça 1876-1902.

⁴ Asilo de Infância Desvalida. Alcobaça 1876-1902.

Assembleia Geral. Também este órgão, que devia reunir mensalmente, incluía um presidente, um vice-presidente e um secretário. Entre as suas funções, destacavam-se a criação e eventuais alterações dos documentos internos que regulavam a atividade do Asilo; a nomeação da Comissão das Senhoras Protetoras; a tomada de decisões sobre a admissão de crianças, devendo dar prioridade às mais carenciadas, tendo em atenção os recursos da instituição e a sua repartição pelos concelhos do distrito de Leiria com base no número de efetivos populacionais; a nomeação dos funcionários; a apresentação das contas; a organização de atividades destinadas à angariação de fundos⁵. A Comissão Protetora, constituída por sete senhoras, tinha a responsabilidade de organizar bazares, que, a par doutras iniciativas, eram ocasiões importantes para a obtenção de verbas. Este órgão tinha ainda a possibilidade de acompanhar o funcionamento do Asilo e recomendar, através de relatórios, alterações ou melhoramentos julgados necessários.

Todos os sócios tinham assento na Assembleia Geral e direito a voto. Eram considerados sócios do Asilo os subscritores que contribuíssem com apoio anual ou mensal; quem oferecesse ajuda gratuita, designadamente médicos, sacerdotes e professores; quem entregasse de uma só vez uma quantia igual ou superior a cinco mil réis; os administradores dos concelhos e regedores das freguesias do distrito “com exercício nas comissões filiais”; quem prestasse algum serviço considerado relevante para a instituição⁶.

Com capacidade para 24 crianças, a sua admissão era proposta por administradores dos concelhos, presidentes de câmaras municipais do distrito de Leiria e, excecionalmente, pelo governador civil. Seriam provenientes dos diferentes concelhos do distrito de Leiria e a sua repartição seria determinada pelo número de habitantes de cada município, o que significava que os mais populosos teriam direito a mais vagas. Assim, segundo o estabelecido nos estatutos, aprovados a 30 de novembro de 1876, a distribuição de vagas seria a seguinte: Alcobaça – quatro; Alvaiázere – uma; Ansião – uma; Batalha – uma, Caldas da Rainha – duas; Figueiró dos Vinhos – uma; Leiria – cinco; Óbidos – duas; Pedrogão Grande – uma; Peniche – uma; Pombal – três; Porto de Mós – uma. Decorridos dois anos sobre a sua inauguração, ou seja, em 1878, o Asilo recebeu 26 crianças, tendo saído duas, reclamadas pela família. Estava prevista a existência de asila-

⁵ Asilo de Infância Desvalida. Alcobaça 1876-1902.

⁶ Asilo de Infância Desvalida. Alcobaça 1876-1902.

dos internos, que pernoitavam na instituição, e externos, que regressavam à casa familiar ou do benfeitor.

Era usual a intervenção feminina nas organizações assistenciais, como era o caso dos asilos. Tratava-se, desde logo, de uma oportunidade de intervenção das mulheres no espaço público, contornando um conjunto de condicionantes que limitavam os seus movimentos e as afastava de outros domínios. A participação em iniciativas filantrópicas e a prática de obras de caridade eram formas de as senhoras se promoverem socialmente. A religião estava presente no quotidiano destes estabelecimentos, sendo considerada um elemento importante para uma regeneração pessoal. A Igreja foi, inclusive, responsável pela abertura de instituições e pelo ensino nelas ministrado (ESTEVES, 2014).

Ao longo da década de 90 de oitocentos, algumas confrarias do distrito de Leiria, dando cumprimento ao que então estava estipulado, entregaram ao Asilo um décimo das suas receitas ordinárias. Na altura em que o apoio à infância desvalida era fundamental, a situação do país se agravava e se assistia ao aumento dos preços dos bens essenciais, esses contributos eram essenciais para a subsistência da instituição. Em 1894, o presidente da Comissão Administrativa informava o governador civil daquela circunscrição administrativa que tinha na sua posse 141 945 réis, resultante de donativos que as confrarias do distrito tinham feito para o Asilo, evidenciando a sua importância para o equilíbrio das contas.

As irmandades não colaboravam com os mesmos valores e algumas, por falta de verbas, não davam qualquer contribuição. Em 1894, a Confraria do Santíssimo Sacramento de Peniche alegava a falta de receitas para justificar o incumprimento do solicitado pelo governador civil e não entregar qualquer montante para o Asilo. O administrador do concelho de Peniche interveio para explicar a indisponibilidade financeira da confraria, invocando as despesas que tinha que suportar e o facto de os seus fundadores terem deixado os seus legados e bens para o funcionamento da irmandade e não para o Asilo. Nota-se, afinal, um clima de insatisfação nas confrarias, resultante da obrigação de contribuírem para o Asilo, quando também se viam confrontadas com sérios problemas financeiros.

No início do novo século, as receitas do Asilo provinham do subsídio concedido pelo Estado, de juros de inscrições, anuidades dos pensionistas, donativos de confrarias, esmolos, rendas de lojas e doações diversas⁷. No

⁷ O mesmo sucedia nas instituições congéneres (Raposo, 2019).

entanto, os gastos eram consideráveis, nomeadamente com os salários, com a alimentação e o vestuário das crianças, o material escolar, as reparações das instalações e a celebração do aniversário da instituição.

Em 1901, o quadro de pessoal do Asilo era constituído por uma regente, uma professora, um criado e uma criada, uma lavadeira e um cabeleireiro. Acolhia 24 crianças, sendo 22 asiladas e duas pensionistas⁸. Doze anos mais tarde, tinha dois mestres. Já em 1935, tinha ao seu serviço apenas três elementos: uma regente, um vigilante e uma criada⁹.

Em 1912-1913, as receitas continuam a provir dos apoios atribuídos pelo Estado, das anuidades dos sócios e rendas das lojas, dos juros de inscrições e pagamentos dos pensionistas, bem como da contribuição das confrarias e de particulares. Tal como se verificava noutras organizações do país, apesar do incentivo e do financiamento estatal, as verbas disponibilizadas pelos privados eram fundamentais, não apenas para a sua subsistência, mas também para a realização de obras e melhoramentos. Daí que fosse importante convocar a sociedade civil para participar nos momentos festivos, e abrir-lhe as portas para eliminar barreiras e eventuais suspeições.

A partir da ditadura militar, entre 1926 e 1931, a instituição beneficiou dos apoios da administração do concelho, da Junta Geral de Distrito, do Governo Civil de Leiria, do Ministério do Interior e da Comissão Municipal de Assistência.

Na década de 1930, uma série de cartas e de denúncias levaram o administrador do concelho de Alcobaça, por determinação do governador civil de Leiria, a avançar com uma inspeção ao Asilo¹⁰. A situação que motivava as suspeitas estava relacionada com a demora na construção das novas instalações para albergar a instituição. Em outubro de 1927, o antigo edifício fora vendido por 65 000\$00¹¹. Veio-se a descobrir que, entre esse ano e 1929, o tesoureiro do Asilo tinha usado o dinheiro para pagar despesas pessoais¹².

Quanto se partiu para as averiguações, as suspeitas recaíam sobre o presidente do Asilo. Iniciado o processo, o administrador do concelho fez publicar um aviso onde anunciava o inquérito e convidava a depor todas as pessoas que tivessem conhecimento de irregularidades. As contas da insti-

⁸ Receita e Despesa do Asylo de Infância Desvalida do Districto de Leiria.

⁹ Diário do Governo n.º 120/1935, Série I de 1935-05-27.

¹⁰ Auto de inquérito ao Asilo de Infância Desvalida Álvaro Possolo/Alcobaça 1930.

¹¹ Auto de inquérito ao Asilo de Infância Desvalida Álvaro Possolo/Alcobaça 1930.

¹² Auto de inquérito ao Asilo de Infância Desvalida Álvaro Possolo/Alcobaça 1930.

tuição foram escrutinadas, assim como a sua gestão e o seu quotidiano. Após a recolha do depoimento de várias testemunhas, o administrador do concelho concluiu que as queixas apresentadas contra a gestão da instituição tinham fundamento, tendo-se apurado que o tesoureiro tivera uma atuação pouco zelosa, que houve falta de fiscalização do presidente e negligência do Conselho Fiscal no exame das contas¹³. Concluiu-se, finalmente, que a verba destinada à construção do novo asilo tinha sido desviada para satisfazer as necessidades diárias da instituição. Ainda na sequência da inspeção efetuada, o administrador do concelho acusou a instituição de “fazer política” dentro de portas. Esta imputação estava relacionada com uma corrida de touros, realizada em 1925, cujos lucros reverteriam a favor do Asilo.

Em sessão de 7 de maio de 1930, foi decidido que, atendendo às condições precárias em que o Asilo estava a funcionar e a falta de apoio do Estado, a verba em causa era indispensável para a gestão diária da instituição. Para lhe dar esse uso, terá sido solicitada autorização à Junta Geral de Distrito. Na mesma ocasião, foi decidido que, na admissão de futuras asiladas, em número de 15, teriam de ser respeitados os seguintes requisitos: a abertura de vagas seria anunciada no jornal local; as candidatas deviam ser pobres, de preferência órfãs, não padecerem de doenças contagiosas e terem entre seis e dez anos de idade. Aos 13 anos teriam de abandonar o Asilo. Em 1930, após a publicação do anúncio de abertura de concurso para o preenchimento de lugares, no *Notícias de Alcobaça* e em editais, foram entregues 14 requerimentos, dos quais apenas um não foi aprovado.

Em 1917, numa altura em que o país enfrentava graves dificuldades, é fundado o Asilo Distrital de Leiria. A I República, agora implantada no país, é confrontada com a difícil herança deixada pela monarquia. O seu enfoque na infância revela-se através da vasta legislação promulgada (FONTE, 2011). A assistência pública surgia plasmada na nova Constituição de 1911, sendo expectável que privilegiasse os cuidados com as crianças consideradas em risco.

A imprensa local noticiou a sua inauguração, que contou com a participação do ministro do comércio e de centenas de leirienses, e deu conta da presença de membros da elite burguesa e aristocrática, que, através do exercício da filantropia, procuravam obter o reconhecimento social e, ao mesmo tempo, ostentar a solidez das suas fortunas. A publicação dos retratos dos maiores bene-

¹³ Auto de inquérito ao Asilo de Infância Desvalida Álvaro Possolo/Alcobaça 1930.

méritos foi uma forma de reconhecer e homenagear os benfeitores e até de exaltar os gestos caritativos, em conformidade com espírito da época¹⁴.

Tratava-se de uma instituição destinada a meninos órfãos, menores de 16 anos, naturais do distrito de Leiria. A sua abertura aconteceu num contexto muito marcado pela I Guerra Mundial, na qual Portugal também participou, com a população a sofrer os seus efeitos nos planos económico e social, bem patentes na carência de mantimentos e na eclosão de revoltas em diferentes pontos do país. A situação agravou-se com o advento da pneumónica, que chegou em maio de 1918. Em Portugal, a enfermidade manifestou-se com particular incidência nos jovens adultos e saudáveis e estima-se que terá provocado mais de 60 000 óbitos. Foram então criadas, em várias regiões, instituições para «os órfãos da pneumónica».

A prioridade seria dada aos órfãos de pai e mãe, seguindo-se os filhos de militares que perderam a vida na Grande Guerra. Aqueles que não conhecessem os progenitores ou tivessem sido abandonados também eram admitidos¹⁵. Foi considerada ainda a possibilidade de serem aceites jovens que estivessem em perigo moral. Era objetivo da instituição prepará-los para o futuro através da aprendizagem de um ofício. A institucionalização seria o caminho para evitar a marginalidade e a passagem para o mundo do crime. É de referir que, nos inícios do século XX, os números indicavam o crescimento da criminalidade juvenil, protagonizada por indivíduos com idades inferiores a 20 anos. Portugal não destoava desta tendência, verificando-se não apenas o aumento do número, mas também da gravidade dos delitos cometidos por jovens.

O ingresso no Asilo era precedido do cumprimento de determinados requisitos e pela apresentação de diversa documentação, nomeadamente, de comprovativo da vacinação e de atestado médico que declarasse que o jovem não padecia de qualquer moléstia contagiosa. Quando as vagas fossem abertas para os candidatos de Leiria seriam publicados anúncios nos jornais locais; quando se destinassem a candidatos doutros concelhos daquele distrito, seria solicitado às câmaras municipais que, para o efeito, adotassem o procedimento que julgassem mais adequado. Caso estas entidades administrativas não propusessem candidatos, as vagas reverteriam para o concelho de Leiria. Na eventualidade de o número de pretendentes exceder a capaci-

¹⁴ *Jornal de Leiria*, 18 de novembro de 1917, n.º 43.

¹⁵ Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria – 1917, *Regulamento do Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria*.

dade de acolhimento, os excluídos entrariam numa lista que seria tida em conta quando houvesse lugar.

No documento que regulava o quotidiano da instituição era dada particular relevância à disciplina, cabendo a sua manutenção ao professor interno, com recurso aos meios tidos como mais apropriados, sendo excluídos, no entanto, os castigos corporais¹⁶. A aplicação de corretivos físicos começa a ser questionada no século XIX. Não era, de forma alguma, uma matéria consensual, devido, desde logo, ao modo como era perspetivada a natureza da criança (LOPES, 2011). As formas de punição autorizadas estavam graduadas do seguinte modo: a simples repreensão, a admoestação na presença das outras crianças, a privação do recreio, a permanência de pé no refeitório durante o período das refeições e, por último, a expulsão. Nas situações de reincidência, poderia ser proposta à Comissão Executiva a expulsão da criança, que, a verificar-se, seria entregue à autoridade administrativa responsável pelo seu internamento.

O Asilo leiriense tinha capacidade para acolher 25 crianças, sendo que esta lotação poderia ser ultrapassada, recebendo também pensionistas. A sua sustentabilidade financeira seria assegurada pelas verbas disponibilizadas pela Junta Geral de Distrito, entidade responsável pela direção da instituição, e por subsídios atribuídos pelo Estado. Esperava-se, ainda, a participação da sociedade civil, através da concessão de donativos resultantes da materialização do espírito beneficente da época. Por outro lado, parte do lucro do trabalho realizado nas oficinas reverteria para a instituição¹⁷. Logo na abertura, recebeu contributos em dinheiro da Comissão Distrital de Assistência (7.400\$00) e de vários industriais e personalidades, em materiais de construção (madeira, tijolos), géneros alimentares, lençóis e peças de vestuário. Na linha do pensamento político então predominante, republicano e anticlerical, a fundação desta instituição acabou por ser usada, por um lado, para ilustrar a capacidade assistencial do Estado e, por outro, como arma de ataque à Igreja, em particular ao jesuitismo, conforme se pode verificar através da leitura da imprensa republicana coeva¹⁸.

¹⁶ Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria – 1917, *Regulamento do Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria*.

¹⁷ Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria – 1917, *Regulamento do Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria*.

¹⁸ *Jornal de Leiria*, 16 de dezembro de 1917, n.º 46.

O quadro de pessoal tinha a seguinte composição: um professor, que teria que residir no Asilo; uma cozinheira, que, além da confeção das refeições, devia cuidar das roupas dos asilados; um ajudante de cozinha, que também tinha a seu cargo a limpeza do edifício e o conserto das roupas; e um criado, a quem competia um conjunto variado de tarefas, designadamente fazer as compras e dar apoio ao serviço da cozinha, encher o depósito de água, limpar o parque, arrumar a lenha e cuidar dos afazeres agrícolas. Os asilados, por sua vez, deviam ajudar nas tarefas da cozinha e na higienização dos espaços¹⁹.

Nas instalações do Asilo seria ministrado o ensino primário, de acordo com os programas oficiais. Estava prevista uma “classe especial”, destinada aos menores que tivessem completado o exame do 2.º grau ou equivalente. Estes alunos assistiriam, diariamente, a uma lição, com a duração mínima de duas horas, sobre geografia, história, português, ciências, aritmética, desenho. Para o efeito, a Comissão Executiva devia contratar um professor. Enquanto não dispusesse de receitas suficientes para ter oficinas próprias, o ensino profissional teria lugar na Escola de Desenho Industrial Domingos Sequeira, na qual os asilados seriam admitidos na qualidade de aprendizes. Procurava-se não descurar a educação artística, apostando-se no ensino da música, e, para incentivar a leitura, foi criada uma biblioteca. Os alunos que revelassem dotes intelectuais excepcionais seriam incentivados a prosseguir os seus estudos, se as condições económicas do Asilo o permitissem. Os estatutos previam ainda a organização de conferências periódicas sobre várias matérias, excluindo-se, no entanto, questões políticas.

No plano de formação dos asilados, constava, para além das aulas, a realização de passeios e excursões, devidamente acompanhados pelo professor. Estas atividades inscrevem-se na crescente preocupação com a componente física da educação. A ginástica começa a ser valorizada no século XIX, sendo exaltados os seus efeitos benéficos sobre a mocidade. Em 1880, o médico José Nunes Mouzaco lamentava a escassa presença da ginástica nas escolas portuguesas, ao contrário do que sucedia noutros países europeus (MOUZACO, 1880). O cuidado com o corpo era tido como essencial para tornar a população mais forte e mais resistente. Daí o crescente investimento na higiene e na educação física. Os cuidados médicos também não eram descurados. Um facultativo e uma enfermeira eram con-

¹⁹ Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria – 1917, *Regulamento do Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria*.

tratados para garantir o apoio clínico aos internados²⁰. Reconhecidos, na altura, os malefícios do consumo de bebidas alcoólicas, já encarado com um autêntico flagelo social, procurava-se evitar, a todo o custo, que os mais jovens tivessem acesso a esse tipo de bebidas²¹.

O envolvimento da sociedade civil leiriense na causa do Asilo Distrital de Leiria manifestava-se nas doações efetuadas e na participação nos momentos festivos, como sucedia no Natal. Nesta ocasião, procurava-se presentear os asilados com um repasto condizente com a data e apelava-se à solidariedade dos locais, que não deixavam de corresponder, para que ofertassem roupas e brinquedos usados. Em 1917, foi organizada uma celebração de Natal na Assembleia Leiriense, cujo produto seria distribuído pelas várias instituições da cidade, entre as quais o Asilo, que recebeu um terço do valor angariado (22\$78). Os jornais eram instrumentos privilegiados de divulgação do trabalho assistencial das instituições, mas também de sensibilização da população, em particular da mais abastada, para que colaborasse com as suas dádivas (FRANCO, 2008, p. 106).

Os apoios continuaram ao longo de 1918, em dinheiro, alimentos, roupa e brinquedos. A componente escolar não foi descurada. Em fevereiro desse ano, dois professores ofereceram-se para lecionar gratuitamente no Asilo. Na mesma altura, a situação do país agrava-se sob o ponto de vista sanitário, com o tifo a grassar no Porto. Entretanto, na primavera desse ano, estala a polémica na cidade de Leiria: corre o boato de que o Asilo, fundado pela Junta Geral, com donativos do Estado e de particulares, foi entregue a um sacerdote, que pretendia transformá-lo num seminário. A este propósito, o *Jornal de Leiria* refere que, desde que noticiou «a campanha acerca do ensino religioso nessa Casa de Beneficência, não mais recebemos quaisquer notas oficiosas que sempre gostosamente aqui publicámos e às quais se deve grande número de donativos oferecidos ao mesmo Asilo»²². Dois meses mais tarde, em setembro de 1918, o jornal prossegue com um rol de críticas e alerta para o facto de uma instituição fundada por republicanos estar a cair nas mãos da Igreja Católica²³. O jornal *O Anunciador* denuncia a

²⁰ Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria – 1917, *Regulamento do Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria*.

²¹ Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria – 1917, *Regulamento do Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria*.

²² *Jornal de Leiria*, n.º 72, 4.07.1918.

²³ *Jornal de Leiria*, n.º 80, 5.09.1918.

falta de neutralidade religiosa do Asilo e recusa entregar-lhe uma verba que lhe tinha sido destinada, encaminhando-a para a cantina escolar²⁴.

As críticas destes periódicos leirienses não ficaram sem resposta. O *Mensageiro* anuncia que dois jornais da cidade estavam a tentar arruinar o Asilo, através da especulação política que estavam a promover.

Em março de 1919, o *Jornal de Leiria* congratulava-se com o nome do novo diretor da instituição: Padre Alfredo Lavos. No entanto, em julho desse mesmo ano, este clérigo abandonou o cargo, por ter sido nomeado professor da escola primária superior de Leiria.

Estes episódios são reveladores de dois aspetos: por um lado, da parcialidade da imprensa, que noticia de forma condicionada e politicamente comprometida os acontecimentos que tiveram lugar e, por outro, a conotação política que era atribuída a estas instituições, transformando-as em armas de remesso entre republicanos e católicos.

Em jeito de conclusão, é de referir que a abertura destas instituições assistenciais, em tempos distintos, constitui um reflexo das preocupações com a infância e com a juventude desamparadas e das consequências sociais que daí poderiam advir. No caso da cidade de Leiria, forças públicas e particulares, bem como a sociedade e a imprensa uniram-se nesta causa, apesar dos sobressaltos de natureza diversa que, por vezes, abalavam o quotidiano das instituições.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria – 1917, *Regulamento do Asilo da Junta Geral do Distrito de Leiria*.

Receita e Despesa do Asylo de Infância Desvalida do Districto de Leiria.

Auto de inquérito ao Asilo de Infância Desvalida Álvaro Possolo/Alcobaça 1930.

Asilo de Infância Desvalida. Alcobaça 1876-1902.

Fontes impressas

Jornal de Leiria

O Anunciador

(1891). *Regulamento dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*.

Aprovado por decreto de 5 de janeiro de 1888. Aveiro: Imprensa da Universidade.

²⁴ O *Anunciador*, nº 124, 17.03.1918.

Estudos

DÓRIA, Artur Ferreira César – *Assistência Infantil*. Porto: s.n., 1909.

ESTEVES, Alexandra – “A assistência à infância desvalida no Alto Minho oitocentista: o caso do Asilo de Infância Desvalida D. Maria Pia de Ponte de Lima”, in *Revista Angelus Novus*, n.º 8, pp. 31-56.

ESTEVES, Alexandra – A assistência e as instituições de apoio à infância e à juventude em Portugal, entre o século XIX e a primeira metade do século XX, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (Ed.), *Mecanismos de assistência em Portugal e no Brasil. Contributos para um debate (Séculos XVII-XIX)*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2017, pp. 190-220.

FERNANDES, Rogério – “Orientações pedagógicas das “casas de asilo da infância desvalida”, in *Cadernos de Pesquisa*, n.º 109, 2000, pp. 89-114.

FRANCO, Maria da Glória Capela Tomás Cebola de – *Entre a caridade e a Filantropia: Asilo Montemorense da Infância Desvalida (1876/1975)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Tese de doutoramento policopiada.

FONTE, Teodoro da – *No limiar da honra e da pobreza : a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. Braga: Universidade do Minho, 2004. Tese de doutoramento policopiada.

FONTE, Teodoro da – “República, assistência e proteção social de menores em risco de perigo moral”, in *Estudos Regionais*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, II (4), 2011, pp. 173-185.

GONÇALVES, M. – *Considerações sobre a mortalidade infantil no Porto. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto*. Porto: Imprensa Nacional, 1906.

LOPES, Maria Antónia – “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu”, in *Revista de História Sociedade e Cultura*, n.º 2, 2002, pp. 155-184.

LOPES, Maria Antónia – “Assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)”, in CAPELA, José Viriato et al. (org.), *Da caridade à solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico*. Braga: Universidade do Minho/Lab2PT, 2016, pp. 105-126.

MARTINS, Ernesto – “O retrato histórico-educativo da criança abandonada: Monarquia Constitucional e 1ª República”, in FERNANDES, Rogério e VIDIGAL, Luís (Coords.), *Infantia et puerita : introdução à história da infância em Portugal*. Santarém: Escola Superior de Santarém, 2005, pp. 151-167.

MOUSACO, J. N. – *Algumas considerações sobre gymnastica*. Porto: Typographia de Viuva Gandra, 1880.

RAPOSO, Raquel – “Alimentar os desvalidos: os donativos em género à Associação Protetora da Infância Desvalida e dos Pobres do Limiar (1927-1964)”, in

- ESTEVES, Alexandra (Coord.), *Homens, Instituições e Políticas, Séculos XVI-XX*. Braga: Lab2PT, 2019, pp. 219-226.
- SACKS, J. – *Victorian Childhood*. Oxford: Shire Publications, 2010.
- SANTOS, F. – *Breve Estudo sobre a criminalidade precoce*. Porto: Imprensa Nacional de Jayme Vasconcellos, 1911.
- SILVA, Ana Isabel – *Assistência social em Portugal na monarquia constitucional (1834-1910): da doutrina política à prática no Alto Alentejo*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2018. Tese de doutoramento policopiada.

- Introdução geral, *Saul António Gomes*
- **DOSSIER ESPECIAL: Assistência e pobreza na região de Leiria (séculos XV-XX)**
- Introdução, *Ricardo Pessa de Oliveira*
- O patrocínio régio ao hospital de Nossa Senhora do Pópulo, 1485-1512, *Lisbeth Rodrigues*
- A administração do Hospital das Caldas da Rainha nos reinados de D. João V e D. José (1706-1777), *Isabel Rodrigues*
- O Secretário da Mesa da Consciência e Ordens Manuel Teixeira de Carvalho: Benfeitor da Misericórdia de Pombal (1731), *Ricardo Pessa de Oliveira*
- Vestir os nus: a Misericórdia de Óbidos e a proteção aos pobres no reinado de D. João V, *Isabel Drumond Braga*
- A assistência hospitalar a doentes, acidentados e pobres no concelho de Porto de Mós (1922-1945), *Kevin Carreira Soares e Mónica Rodrigues dos Santos*
- A assistência à infância em Leiria: o Asilo de Infância Desvalida de Álvaro Possolo e o Asilo Distrital de Leiria, *Alexandra Esteves*
- A Sopa dos Pobres da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova (1940-1945), *Tiago André Simões Ferreira*

Outros temas de âmbito regional

- A Misericórdia de Leiria e os seus benfeitores: séculos XVI a XVIII, *Saul António Gomes*
- A Pederneira, uma vila do mosteiro de Alcobça, *Pedro Gomes Barbosa*
- Estaleiros e portos: Ensaio curto em tempo longo, *Rui Rasquilho*
- Saúde e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha), sécs. XV-XVIII, *João Luís Vieira Leitão*
- Bruxos e Bruxas do Bispado de Leiria. IV: João Luís, o benzedor da Ortigosa, *José Vieira Leitão*
- As invasões Eugenesas na Marinha Grande: Da razia à reconstrução, *Luís de Oliveira Neto*
- Manuel Vaz Eugénio Gomes: Desembargador da Relação da Patriarcal. Alguns apontamentos biográficos, *Miguel Portela*
- Famílias de Barreira: 1825-1906, *Vasco Jorge Rosa da Silva*
- Falando de ausência: como desapareceram dois claustros do Mosteiro da Batalha, no século XIX, e se transformaram noutras coisas, *Pedro Redol*
- Os portões de ferro forjado do Parque Florestal do Engenho da Madeira e da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, *Gabriel Roldão*
- História do Cemitério de Santo António do Carrascal, em Leiria: II - A escolha do local, *Francisco Queiroz*
- (3) As associações culturais e recreativas de Alcobça e Nazaré: as sociedades filarmónicas de Pataias (1877), Maiorga (1890), *António Valério Maduro*
- O Jardim Escola João de Deus, em Alcobça: já lá vão mais de 100 anos a ensinar, *Fleming de Oliveira*
- Correspondência de Afonso Lopes Vieira com algumas intelectuais | 'Mulheres de Letras', *Cristina Nobre*
- Oposição ao Estado Novo no concelho de Ansião (parte 1), *Manuel Augusto Dias*
- O Senhor que Tudo Sabe e em Todos Manda, no 4.º Comboio-Automóvel do RCP com donativos para os rebeldes nacionalistas espanhóis, *Aires Barata Henriques*
- A propósito de as sete saias das mulheres da Nazaré: moda, evolução, já tradição ou degradação?, *Alda Sales Machado Gonçalves*
- O Padre Franclim Henriques da Cunha: da história à memória, *Tiago Inácio*
- Contributos para a criação do Centro Interpretativo dos Brinquedos e Artefactos em Plástico de Leiria - CIBAP, *Carlos Aníbal Marques de Magalhães*

Nótulas

A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino há 200 anos: do Porto para Lisboa, com estadias em Leiria e Alcobça, *Carlos Fernandes*

A lápide sepulcral de Manuel Coutinho Rodolfo no Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, *Miguel Portela*

A imagem

A Escola de Resinagem no Pinhal de Leiria (anos 40)

Notícias: O ambiente cultural da região

ISSN 2184-4135



9 772184 413006 >